

## TERMO DE REFERÊNCIA SIMPLIFICADO

PROAD 2315/2023

### 1. DO OBJETO:

**1.1** Inscrição para participação dos servidores do quadro efetivo do Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região, no XXXIV Congresso Brasileiro de Direito Administrativo (Anexo I), promovido e organizado pela empresa **Instituto Brasileiro de Direito Administrativo**, inscrita no CNPJ sob o n.º 29.419.181/0001-77, destinado ao(s) servidor(es) abaixo identificado(s):

SERVIDOR	SETOR
1. Mary Lidian de Lima Ferraz	Diretoria Geral
2. Líbia Amélia Chagas Amaral	Diretoria Geral
3. Leila Baracuh Sales Medeiros	Diretoria Geral
4. Marcos Antônio Apolônio da Silva	Diretoria Geral
5. Antônio Henrique Teixeira Neto	Secretaria JurídicoAdministrativa
6. Claudia Costa Rodas	Secretaria JurídicoAdministrativa
7. Thiago Camêlo Fonseca	Secretaria de Administração
8. Maria Daniela Costa Acioli de Oliveira	Secretaria de Licitações
9. Paulo de Tarso Lemos Santana	Coordendoria de Manutenção e Projetos
10. José Ricardo Costa de Oliveira	Coordenadoria de Material e Logística
11. Auricélio Ferreira Leite	Secretaria de Administração
12. Denise Santos Souza Sampaio	Secretaria de Auditoria
13. B ráulio Clementino Martins Mendes Soares	Secretaria de Ordenação de Despesas
14. Emanuel Ferdinando da Rocha Júnior	Coordendoria de Manutenção e Projetos
15. André Henrique de Lima Antunes	Escola Judicial

**1.2** O XXXIV Congresso Brasileiro de Direito Administrativo permitirá que os servidores possam ser capacitados com excelência, visto que a abordagem temática da capacitação se enquadra nas atividades desempenhadas pelos servidores, o que proporcionará uma melhor qualidade e desempenho dos serviços prestados no âmbito deste Regional.

**1.3** O objetivo deste evento é debater sobre os “Desafios da Administração Pública no mundo digital: profissionalização, contratação e probidade” com a participação de renomados juristas de todo o Brasil e com isso levantar as discussões sobre o Direito Administrativo em um ano de importância singular já que a Nova Lei de Licitações e Contratos torna-se obrigatória. O evento pretende capacitar os agentes públicos e privados. Ressalte-se que, dentre os temas em pauta neste Congresso, destacam-se a obrigatoriedade de aplicação da Nova Lei de Licitações e Contratos e o impacto no cenário da improbidade diante das alterações legislativas, assuntos de extrema relevância para a atuação dos servidores do TRT/AL.

### 2. DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

MARISTELA  
PELLENZ  
CASADO  
29/08/2023 16:36

MARY  
LIDIAN  
DE LIMA  
FERRAZ  
30/08/2023 10:22

ADRIANA  
MARIA FELIX  
DE FREITAS  
CARNEIRO  
30/08/2023 10:49

## **2.1 DA NECESSIDADE E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:**

O TRT 19, por meio da escola judicial, atua periodicamente no aperfeiçoamento e capacitação de seus servidores, promovendo a participação em eventos de capacitação que objetivam o desenvolvimento profissional e a excelência nas tarefas realizadas por magistrados e servidores integrantes dos quadros do Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região.

Verifica-se que os temas a serem abordados no evento em destaque, estão ligados ao cargo/função que o(a) servidor(a) requerente ocupa neste Regional. Salienta-se que a participação em tal evento servirá para uma atualização e aperfeiçoamento de suas atribuições, o que proporcionará uma melhor qualidade e desempenho do trabalho.

É notório o enriquecimento intelectual que a participação em evento como o do caso em comento traz ao magistrado(a)/servidor(a), todavia, se faz necessário explicar que, para que um curso externo seja custeado pela administração, deve existir a observância ao artigo 1º, §1º, I e II da Resolução Administrativa TRT19 nº. 227/2021 (havendo uma respeitabilidade ao binômio necessidade intelectual - aplicabilidade funcional).

Em se considerando tal binômio, vê-se que o item "aplicabilidade funcional" também se encontra satisfeito, tendo em vista que o curso engloba temas importantes para o desempenho das atividades do requerente.

**ENQUADRAMENTO** – Trata-se de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual.

## **2.2 ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO ÓRGÃO:**

Esta contratação atende ao disposto no Planejamento Estratégico Institucional 2021-2026 deste Regional, aprovado pela Resolução Administrativa TRT19º nº 209/2021, observando, especialmente, o previsto no objetivo estratégico: Incrementar o modelo de gestão de pessoas, estando prevista no Plano Anual de Contratações.

**2.3 JUSTIFICATIVA DA INEXIGIBILIDADE:** A estratégia de contratação da empresa **Instituto Brasileiro de Direito Administrativo**, dar-se-á por Inexigibilidade de licitação, com fundamento na alínea f do inciso III, do art. 74 da Lei nº 14.133/2021, visto que o objetivo desta contratação é o treinamento e aperfeiçoamento dos servidores do Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região.

**2.4 RAZÃO DA ESCOLHA DO EXECUTANTE DO SERVIÇO:** Enfatiza-se também a notória especialização do **Instituto Brasileiro de Direito Administrativo** que atua na realização de eventos, treinamentos e soluções na área do Direito Administrativo. É reconhecido no mercado como um dos principais parceiros da Administração Pública, pois produz conhecimento de alta qualidade e entrega soluções concretas e eficientes para o dia a dia dos agentes. Uma empresa que trabalha com conteúdo programático atualizado e de qualidade, elaborado e ministrado por gabaritada equipe de professores de competência comprovada pela formação acadêmica e experiência profissional.

Como se observa na proposta apresentada pela empresa, o(s) palestrante(s) do evento apresenta(m) currículo notório, disponível em: <https://congresso.ibda.com.br/programacao> com coordenação técnica de profissionais de renome no mercado, como se verifica no link indicado.

## **3. VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO**

**3.1** O valor total corresponde a **R\$ 14.400,00(catorze mil e quatrocentos reais)**, e compreende a inscrição de 12 (doze) servidores, além de 03 (três) cortesias, proporcionando a participação de 15 servidores no evento. O custo individual por vaga corresponderá a **R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais)**, conforme documentação anexa (Anexo II).

**3.2. JUSTIFICATIVA DE ACEITABILIDADE DO PREÇO:** Considerando que a presente contratação consiste na participação de servidores em curso aberto ofertado a diversos órgãos, bem como que o preço praticado pela empresa é comum a todos àqueles que desejem aderir ao curso, conforme as informações extraídas no folder anexo II e no sítio eletrônico da empresa contratada <https://congresso.ibda.com.br/programacao>.

#### **4. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:**

**4.1** A capacitação será realizada no período de 26 a 28 de setembro de 2023, na modalidade presencial, na cidade de Maceió/AL, com carga horária de h, conforme especificado nos autos do processo e ministrado por diversos juristas e especialista renomados, conforme informações constantes no sítio <https://congresso.ibda.com.br/programacao>;

**4.2** O conteúdo programático do curso encontra-se organizado conforme documentos acostados aos autos do processo.

**4.3** A forma de pagamento para órgãos públicos deverá ser realizada através de **nota de empenho** em favor do **Instituto Brasileiro de Direito Administrativo**, inscrita no CNPJ sob o n.º 29.419.181/0001-77.

**4.4** A empresa encaminhará os certificados dos participantes até 5 dias após o término do curso;

**4.5** Resultados esperados:

**4.5.1** Apoio ao alcance dos objetivos institucionais e a melhoria da qualidade dos serviços prestados à sociedade.

**4.5.2** Melhoria na qualificação profissional do servidor pelo desenvolvimento de novas competências, gerando uma melhor atuação profissional e comprometimento com a instituição, bem como aumento na qualidade dos serviços prestados a comunidade.

**4.5.3** Desenvolvimento de um quadro de pessoal qualificado para atuar na área específica.

#### **5. DA HABILITAÇÃO**

**5.1.** Para fins de habilitação na presente contratação, serão exigidos os seguintes documentos:

**5.2. Habilitação jurídica:**

- a) Registro comercial, no caso de empresário individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores;
- c) Ato constitutivo/contrato social, no caso de sociedades simples, acompanhado de prova de diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a

atividade assim o exigir.

### **5.3. Regularidade fiscal, social e trabalhista:**

- a) Provas de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- e) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual (Material) e/ou Municipal (Serviço) do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- f) Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais (Material) ou municipais (Serviço) relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

### **5.4 Declarações e outros documentos**

- a) Declaração, firmada pela contratada de que não possui em seu quadro funcional menores de dezoito anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir dos catorze. (Anexo III)
- b) Declaração de que não emprega e não empregará cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de membros, juízes e servidores ocupantes de cargos de direção e assessoramento vinculados ao TRT 19ª Região, na forma da resolução do Conselho Nacional da Justiça nº 09/2005 (Anexo IV);
- c) Declaração de que o licitante cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (Anexo III).
- d) Atestado de exclusividade, contrato de exclusividade, declaração de fabricante ou outro documento idôneo capaz de comprovar que o objeto é fornecido por representante exclusivo.
- e) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));
- f) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));
- g) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;
- h) Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “c”, “d” e “e” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>);
- i) A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

## **6. DA FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

**6.1.** As disposições contidas no presente termo de referência, na proposta da contratada e na Nota de

Empenho, terão valor de contrato, constituindo direitos e obrigações tanto para a Contratada quanto para o Contratante.

**6.2.** Por ocasião da emissão da nota de empenho, será verificada a regularidade do cadastramento e da habilitação parcial da contratada no SICAF, por meio de consulta “on line” ao sistema. O resultado destes procedimentos será impresso e juntado ao processo de contratação.

## **7. CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO**

7.1. O recebimento provisório será mediante o registro de recebimento no Portal do SIGEO–JT, após o recebimento da nota fiscal pela Fiscalização, para efeito de posterior verificação de sua conformidade.

7.2. O recebimento definitivo será mediante recibo, em até 5 (cinco) dias corridos após o recebimento provisório e a verificação da perfeita execução das obrigações contratuais, ocasião em que se fará constar o atesto da nota fiscal.

## **8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**8.1.** A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no termo de referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução dos serviços.

**8.2.** Atender prontamente as solicitações da Administração, inerentes ao objeto da presente contratação.

**8.3.** Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

**8.4.** Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

**8.5.** Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada.

**8.6.** Efetuar o autocadastro no Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho (SIGEO–JT), por meio de plataforma para que nela faça a juntada, oportunamente, de todos os documentos, inclusive notas fiscais, para que possa ocorrer o devido processamento da nota de empenho ao correspondente pagamento;

**8.6.1.** Por meio do link <https://sigeo.jt.jus.br/ajuda>, a contratada terá acesso ao sistema do SIGEO – JT e a um guia detalhado das funcionalidades do sistema.

## **9. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:**

**9.1.** Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF, Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça e Lista de inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN

**9.2.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

**9.3.** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado; ada;

**9.4.** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada.

**9.5.** Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente aa prestação do serviço, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência;

**9.6.** Aplicar as sanções administrativas nos casos de inadimplemento da execução contratual.

## **10. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

**10.1.** É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na contratação; sejam mantidas as demais cláusulas e condições da contratação, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## **11. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

A Gestão e a Fiscalização da Contratação caberão aos representantes da Administração especialmente designados. Nos impedimentos e afastamentos legais deste, suas funções serão desempenhadas por seus respectivos substitutos, nos termos do art. 177 da Lei 14.133/2021.

**11.1.** Os Gestores e Fiscais designados exercerão, de forma segregada, as atribuições previstas no Ato GP TRT19 nº. 103/2022, e tudo o mais que for necessário visando o adequado acompanhamento e fiscalização da execução contratual, devendo ainda providenciar as medidas necessárias às soluções de quaisquer contratemplos que porventura venham a ocorrer.

**11.2.** As decisões e providências que ultrapassarem a competência dos gestores e fiscais deverão ser solicitadas, em tempo oportuno, à autoridade competente, para adoção das medidas que julgar convenientes.

**11.3.** A gestão e a fiscalização de que trata este item não excluem nem reduzem a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

**11.4.** Acompanhar a apresentação dos documentos fiscais, bem como efetuar o recebimento da Nota fiscal/fatura e o registro do atesto no Portal do SIGEO – JT (Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho) para fins de liquidação e pagamento.

## **12. DO PAGAMENTO**

**12.1.** O pagamento será efetuado na conta bancária fornecida pela empresa, em até 05 (cinco) dias úteis após o Recebimento Definitivo, condicionado apresentação dos seguintes documentos, em vigor:

- a) Nota fiscal do serviço tiva, devidamente atestada pela fiscalização no Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho (SIGEO–JT) e anexada ao processo;
- b) Certidão de FGTS – CRF, emitida pela Caixa Econômica Federa;
- c) Certidão Conjunta de Quitação de Tributos Federais e Dívida Ativa da União e INSS, expedida pela Secretaria da Receita Federal;
- d) CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- f) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal, no que couber.

**12.2.** A CONTRATADA obriga-se a realizar e manter atualizado o autocadastro no Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho (SIGEO-JT), nos termos previstos no ATO GP TRT nº 38, de 05 de maio de 2022.

**12.3.** A empresa deverá anexar no Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho (SIGEO–JT) todos os documentos e notas fiscais para que o fiscal do contrato, após a juntada feita pela empresa, realize no sistema o atesto da nota fiscal e, por conseguinte, efetue a sua liquidação.

**12.4.** A apresentação de Nota Fiscal com incorreções ou desacompanhada da documentação requerida no subitem anterior, implicará na sua devolução à Empresa Contratada para regularização, devendo o prazo de pagamento ser contado a partir da data de sua reapresentação.

**12.5.** A CONTRATADA assumirá inteira responsabilidade pela veracidade, conformidade e eventuais correções das informações registradas no referido sistema, assumindo o ônus por quaisquer prejuízos decorrentes de erros ou falhas quanto aos dados e documentos informados, inclusive perante à Receita Federal do Brasil (RFB) e demais órgãos da Administração Pública.

**12.6.** O TRT reterá, na fonte, sobre os pagamentos efetuados os tributos e contribuições de que trata a Instrução Normativa SRF nº. 1.234, de 11 de Janeiro de 2012 ou outra norma vigente à época da ocorrência do pagamento.

**12.7.** Não haverá retenção acima caso a Contratada seja optante pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pela Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar nº. 123/2006, mediante comprovação da opção ou encontre-se em uma das situações elencadas no artigo 3º da IN SRF nº. 1.234/2012 e suas alterações posteriores.

**12.8.** Considera-se para efeito de pagamento o dia da emissão da Ordem Bancária pelo Sistema Integrado de Administração e Finanças do Governo Federal – SIAFI.

**12.9.** O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

**12.10.** A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que por ventura não tenha sido acordada no contrato.

**12.11.** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

**EM = I x N x VP**, sendo:

**EM** = Encargos moratórios;

**N** = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

**VP** = Valor da parcela em atraso.

**I** = Índice de atualização financeira = 0,00016438, assim apurado:

**I = 0,00016438**

**I = (TX/100)/365.**

**I = (6/100)/365**

Em que **TX** = taxa percentual anual no valor de 6%, capitalizada diariamente em regime de juros simples.

### **13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**13.1** Ocorrendo alguma das hipóteses elencadas no art. 155 da Lei 14.333/2021, fica o licitante infrator sujeito à aplicação das seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar

**13.2** Para a aplicação das sanções, serão observadas as normas contidas nos artigos 156 a 163 da Lei 14.133/2021, assegurado ao licitante infrator o direito ao contraditório e à ampla defesa.

**13.3** Nas hipóteses de cometimento de qualquer infração administrativa, poderão ser aplicadas ao fornecedor, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal as seguintes sanções:

- a) Advertência, pelo cometimento da infração tipificada no art. 155, I da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) Multa de 2%(dois por cento) sobre o valor contratado dos itens prejudicados em caso do cometimento das infrações tipificadas nos incisos III, IV, V e IX, X, XI e XII do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave
- c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos de infração tipificada nos incisos I, II, III, IV, V e VI do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos de infração tipificada nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do art. 155 da Lei 14.133/2021 bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

#### **14. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - Lei nº 13.709/2018 - LGPD**

14.1 Em observação às determinações constantes na lei 13.709/2018, o CONTRATANTE e a CONTRATADA se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, garantindo que:

- a. O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos Arts. 7º e/ou 11 da Lei 13.709/2018 às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular;
- b. O tratamento seja limitado às atividades necessárias ao atingimento das finalidades de execução do objeto do contrato, utilizando-os, quando seja o caso, em cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD); ou ainda em atividades à operadora da CONTRATADA;
- c. Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais indispensáveis à própria prestação do serviço/aquisição de bens, esta se dará para fins de cumprimento da execução do contratado. Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução do objeto especificado neste contrato, ressalvado o tratamento para operações da Contratada, e quando o compartilhamento for necessário à atividade da CONTRATADA para fins da prestação do serviço, será exigido do terceiro o compromisso com a proteção de dados e privacidade.

#### **15. São anexos a este TR:**

ANEXO I – Folder do Curso

ANEXO II - Modelo Declaração que não emprega menor na forma definida no art. 7, inciso XXXIII da CF/88.

ANEXO III – Modelo de Declaração de Inexistência de Nepotismo na forma da Resolução CNJ Nº 07/2005, alterada pela Resolução nº 229/2016;

ANEXO IV – Modelo de Declaração de Concordância com o Termo de Referência

Maceió (AL), 28 de agosto de 2023.

**Equipe de Planejamento:**



<b>Integrante Requisite</b>	<b>DG</b>	<b>MARY LIDIAN DE LIMA FERRAZ</b>
<b>Integrante Administrativo</b>	<b>EJUD</b>	<b>MARISTELA PELLEZ CASADO</b>
<b>Integrante Técnico</b>	<b>EJUD</b>	<b>ADRIANA MARIA FÉLIX DE FREITAS CARNEIRO</b>


FOLDER.jpg

<https://mail.google.com/mail/u/0/>



## ANEXO II – Folder do evento/preços

  
  
**37º CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO ADMINISTRATIVO**  
20 a 23 de novembro de 2023 - Florianópolis



---

**POLÍTICA DE DESCONTOS**

Para o 37º Congresso Brasileiro de Direito Administrativo, o IBDA estabelece a seguinte política de descontos progressivos, para permitir a participação de servidores públicos em condições especiais:


**Inscrição categoria: EMPENHO - Lote 01**  
Valor: 1.200,00  
Prazo para envio da nota de empenho: 31 de maio de 2023

POLÍTICA DE DESCONTOS PARA INSCRIÇÕES POR EMPENHO			
Nº Inscrições pagas	Desconto		Cortesia
10	-		(+)1
20	10%	ou	(+)3
30	15%	ou	(+)5
40	20%	ou	(+)8
50	25%	ou	(+)12
60	25%	+	(+)6
70	25%	+	(+)7
80	25%	+	(+)8
90	25%	+	(+)9
100	25%	+	(+)10


**OBSERVAÇÕES:**

- Para até 50 inscrições pagas, a instituição fará opção por receber o desconto no valor das inscrições ou receber cortesias.
- As cortesias serão recebidas tendo sido pago o valor referente ao número total das inscrições, por exemplo:  
30 inscrições pagas a 1.200,00 - Valor a pagar 36.000,00  
Opção por cortesias: 5 cortesias  
Total de inscrições recebidas: 35
- A partir de 60 inscrições pagas, somam-se as cortesias ao benefício do desconto.


Cordialmente,

  
**CRISTIANA FORTINI**  
Presidente do IBDA

---



Realização: Instituto Brasileiro de Direito Administrativo  
Diretora Presidente: Cristiana Fortini  
(31) 36131-9123 - cristianafortini@convidadosibda.org.br



Organização: IB Eventos  
Diretora: Liliana Schelony  
(11) 88745-9025 - liliana@ibeventos.com.br

ANEXO II - Declaração que não emprega menor na forma definida no art. 7, inciso XXXIII da CF/88.



**Declaração que não emprega menor na forma definida no art. 7, inciso XXXIII da CF/88 e que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 63,IV da 14.133/21.**

A empresa Instituto Brasileiro de Direito Administrativo, inscrita no CNPJ nº 29.419.181/0001-77 por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a). Cristiana Carvalho P. Fortini, portador(a) da Carteira de Identidade nº MG6051701 SSPMG e do CPF nº 551.348.746-20, DECLARA, para fins do disposto no inciso VI do artigo 68 da Lei nº 14.133/2021, de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva:

emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

Ademais, declara ainda que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, nos termos previstos em lei e em outras normas específicas.

\* Os dados pessoais informados serão utilizados nos termos do art. 7, II da Lei 13.709/2018.

São Paulo/SP, 17 de julho de 2023.

Atenciosamente,

  
**CRISTIANA FORTINI**  
Presidente do IBDA  
Presidente do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo  
CNPJ: 29.419.181/0001-77



Realização Instituto Brasileiro de Direito Administrativo  
Presidente: Cristiana Fortini  
031.99131.9123 — cristiane@caravelhoeserafortini.edu.br



Organização LB Eventos  
Diretora: Liliane Bochechany  
031.98745.9025 — liliane@lbeventos.com.br

ANEXO III – Declaração de Inexistência de Nepotismo na forma da Resolução CNJ Nº 07/2005, alterada pela Resolução nº 229/2016;



**37º CONGRESSO BRASILEIRO DE  
DIREITO ADMINISTRATIVO**  
III Congresso de Direito Administrativo  
24 a 26 de setembro de 2023 - Maracá - Alagoas

**Declaração de Inexistência de Nepotismo na forma da Resolução CNJ Nº 07/2005,  
alterada pela Resolução nº 229/2016;**

O INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO ADMINISTRATIVO, inscrito(a) no CNPJ nº 29419181/0001-77, por intermédio de seu representante legal o(a) Cristiana Carvalho P. Fortini, portador(a) do CPF nº 551.348.748-20 DECLARA para fins Resolução nº 07/2005 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, que não possui cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau inclusive, de membros ou juízes vinculados, ou servidor investido em cargo de direção e de assessoramento, vinculados ao Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região.

\*Os dados pessoais informados serão utilizados apenas para verificação da relação de parentesco exigida pela Resolução CNJ Nº 07/2005, observados os termos do art. 7, II da Lei 13.709/2018.

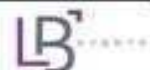
São Paulo/SP, 17 de julho de 2023.

Atenciosamente,

**CRISTIANA FORTINI**  
Presidente do IBDA  
Presidente do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo  
CNPJ: 29.419.181/0001-77



Realização Instituto Brasileiro de Direito Administrativo  
Presidente(a): Cristiana Fortini  
(51)99131.9123 – cristiane@carvalhocereira@prtina.adv.br



Organização IB Eventos  
Diretor(a): Liliane Bichotiny  
(51)99745.9025 – liliane@ibeventos.com.br

ANEXO IV – Declaração de Concordância com o Termo de Referência



**DECLARAÇÃO**

ANEXO IV – Declaração de Concordância com o Termo de Referência

O INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO ADMINISTRATIVO, inscrito no CNPJ nº 29419181/0001-77, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a). Cristiana Carvalho P. Fortini, portador da Carteira de Identidade nº MG 6051701e do CPF nº 551.348.746-20, **DECLARA** que concorda com as condições do Termo de Referência enviado.

São Paulo/SP, 28 de agosto de 2023.

Atenciosamente,

**CRISTIANA FORTINI**  
Presidente do IBDA  
Presidente do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo  
CNPJ: 29.419.181/0001-77



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO  
ESCOLA JUDICIAL

**PROAD TRT 19ª N° 2315/2023**

Considerando o despacho do Diretor da SOF (doc. 46), o Memorando da Secretaria de Licitações (doc.56) e o Parecer da Secretaria Jurídico-Administrativa (doc. 57), **AUTORIZO** a presente **contratação** direta por inexigibilidade de licitação, bem como o **EMPENHO, nota correspondente e ordem bancária respectiva**, esta última condicionada à liquidação da despesa, referente à participação **“37º Congresso de Direito Administrativo”**, a ser realizado no período de 26 a 28 de setembro do corrente ano, em Maceió/AL, , na modalidade presencial, dos(as) servidores (as) abaixo listados:

SERVIDOR	SETOR
1. Mary Lidian de Lima Ferraz	Diretoria Geral
2. Líbia Amélia Chagas Amaral	Diretoria Geral
3. Leila Baracuhy Sales Medeiros	Diretoria Geral
4. Marcos Antônio Apolônio da Silva	Diretoria Geral
5. Antônio Henrique Teixeira Neto	Secretaria JurídicoAdministrativa
6. Claudia Costa Rodas	Secretaria JurídicoAdministrativa
7. Thiago Camêlo Fonseca	Secretaria de Administração
8. Maria Daniela Costa Acioli de Oliveira	Secretaria de Licitações
9. Paulo de Tarso Lemos Santana	Coordenadoria de Manutenção e Projetos
10. José Ricardo Costa de Oliveira	Coordenadoria de Material e Logística
11. Auricélio Ferreira Leite	Secretaria de Administração
12. Denise Santos Souza Sampaio	Secretaria de Auditoria
13. B raulio Clementino Martins Mendes Soares	Secretaria de Ordenação de Despesas
14. Emanuel Ferdinando da Rocha Júnior	Coordenadoria de Manutenção e Projetos
15. André Henrique de Lima Antunes	Escola Judicial

A despesa, ao custo total d O valor total corresponde a R\$ 14.400,00(catorze mil e quatrocentos reais), e compreende a inscrição de 12 (doze) servidores(as), além de 03 (três) cortesias, proporcionando a participação de 15 servidores(as) no evento. O custo individual por vaga corresponderá a R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais), conforme documentação anexa (doc. 7) e reger-se-á pela alínea “f”, inciso III, art. 74 da Lei 14.133, de 1º/04/2021, sendo adjudicada em favor do INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO ADMINISTRATIVO, CNPJ Nº 29.419.181/0001-77, com endereço na Av. Paulista, 2073- SP, conta corrente de nº. 379000-2, na Ag. 3436, do Banco Bradesco (conforme doc. 22 – Proad.).

**À Secretaria de Orçamento e Finanças e à Coordenadoria de Ordenação de Despesas** para os devidos fins.

**Após, à Secretaria de Licitações e Contratos** para lançamento da inexigibilidade no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP), conforme previsto no parágrafo único, do art. 72 da Lei 14.133/21. Em continuidade, à Secretaria de Administração para publicação da nota de empenho, seu envio à empresa e para designação de gestor/fiscal.

Maceió, 8 de setembro de 2023.

Desembargadora ANNE HELENA FISCHER INOJOSA  
Diretora da Escola Judicial do TRT da 19ª Região